

Governar a Cidade na Europa Medieval: um colóquio presencial e um livro organizados em contexto pandémico

Amélia Aguiar Andrade¹

Gonçalo Melo da Silva²

A *Semana Medieval* de Castelo de Vide que, desde 2016 inclui uma *Escola de Outono* destinada à formação de jovens investigadores e umas *Jornadas Internacionais* dedicadas a um tema fundamental para o conhecimento da cidade na Europa Medieval, teve lugar em 2020 num contexto pandémico que pôs à prova a capacidade de resiliência da sua Comissão Organizadora e das duas instituições que a têm apoiado: a Câmara Municipal de Castelo de Vide e o Instituto de Estudos Medievais.

A decisão de manter estas duas atividades presenciais bem como o lançamento do volume que reúne uma seleção dos textos apresentados na edição do ano anterior depois da sua avaliação por pares, surgia como a única forma de dar continuidade a uma dinâmica que entretanto se instituiu e que constitui uma das marcas da *Semana Medieval* de Castelo de Vide: por um lado, a valorização do debate e troca de ideias, alicerçados em contactos pessoais estabelecidos num quadro espacial que ultrapassa as salas das sessões e, por outro lado, a interação entre a comunidade de investigadores participantes e os habitantes de uma pequena e acolhedora vila, muito ciosa do seu passado medieval.

Assim, os convites aos oradores responsáveis pelas lições da *Escola de Outono* e das conferências plenárias das *V^{as} Jornadas Internacionais de Idade Média: Governar a Cidade na Europa Medieval*, a confirmação da participação de comunicantes e de estudantes, decorreram já em contexto pandémico, em momentos em que se viviam fortes restrições limitadoras da circulação, do acesso a bibliotecas e arquivos e ainda, a sujeição a longos períodos de confinamento rigoroso que marcaram não só o ano de 2020 mas também o de 2021, altura em que se finalizou o desenvolvimento e produção do volume que agora se apresenta. As circunstâncias apontadas tiveram consequências, que organizadores e participantes não desejavam, pois nem sempre foi

¹ NOVA FCSH e IEM – NOVA FCSH.

²IEM – NOVA FCSH.

possível ultrapassar os obstáculos impostos pela condição sanitária, o que teve como corolário um programa mais limitado no número de presenças e na impossibilidade de entrega de alguns dos textos dentro dos prazos impostos, o que inviabilizou a sua publicação.

Apesar de todos estes constrangimentos foi possível reunir um conjunto de 19 artigos – apenas um resulta de uma lição apresentada na *Escola de Outono* – produzidos por 20 investigadores provenientes de Portugal, Espanha, França, Itália, Alemanha, Holanda e Rússia, cujas apresentações integraram o programa das *Jornadas*. Todos beneficiaram dos comentários e achegas dos animados debates que as diferentes sessões geraram e dos contributos valorativos dos avaliadores que colaboraram com o desenvolvimento desta obra. Os estudos abrangem predominantemente o espaço peninsular, entendido nas suas distintas unidades políticas cristãs e, ainda que em muito menor grau, o Al-Andalus, sendo que outros incidem sobre paragens mais distantes, como o Magreb, a Inglaterra, a Flandres e Roma. As cronologias trabalhadas privilegiam os séculos finais da Idade Média, algo esperável, uma vez que, para a Península Ibérica, a documentação tardo-medieval cresce em quantidade e qualidade para o estudo de quase todas as temáticas urbanas.

A obra organiza-se em cinco secções: ***A construção da memória e da identidade urbana; Governar o espaço municipal; Os rostos do poder: as elites urbanas; As relações entre os poderes dentro da cidade e As relações do poder concelhio com os poderes exteriores***, que procuraram organizar os textos aqui reunidos de forma coerente. Contudo, a complexidade de algumas temáticas, cujo desenvolvimento implicou o recurso não só a fontes de informação diversificadas como a enfoques simultaneamente distintos, mas complementares, dificultaram muito essa tarefa, que por isso aqui surge como uma proposta que, para outros, por certo podia adquirir uma outra estrutura organizativa.

Na primeira secção, intitulada ***A construção da memória e da identidade urbana***, agrupam-se os artigos que, tomando como espaço de observação as cidades ibéricas nos séculos XIII a XVI, analisam e refletem sobre as problemáticas relacionadas com a escrita da governança municipal, tais como o desenvolvimento das chancelarias e dos ofícios ligados à escrita, o perfil social dos homens que desempenharam estes cargos, as tipologias documentais produzidas e ainda, o recurso aos selos como instrumentos de validação dos documentos e de representação das instituições municipais. Materializando uma já longa experiência, o estudo de Maria Helena da Cruz Coelho – *Práticas e memórias da governança: escrever, comunicar, arquivar* – apesar de ter o reino português como espaço de observação, não deixa de enquadrar os restantes textos da secção, assumindo-se como uma síntese solidamente alicerçada e reflexiva sobre o papel da escrita na governação dos concelhos medievais, na qual se coloca em evidência como a construção e preservação do arquivo concelhio representou um

garante da identidade e poder político da cidade. Embora privilegiando a memória escrita, a secção encerra focando o valor que a oralidade assumia na governação de uma população maioritariamente iletrada, através do estudo do cargo de pregoeiro nas vilas e cidades castelhanas dos finais da Idade Média, glosando as suas condições laborais e o seu papel fulcral na comunicação de notícias e da legislação municipal.

O apartado ***Governar o espaço municipal*** integra dois artigos que equacionam de uma forma mais profunda as questões da gestão de um espaço urbano e do seu entorno pelos poderes urbanos no período medieval, focando espaços e contextos socioculturais distintos. O texto de Wim Blockmans – *How to Rule a City and its Hinterland?*, tomando como espaço de observação a Europa Ocidental Cristã, e com especial ênfase a região da Flandres, estabelece uma síntese problematizante sobre as principais preocupações dos governos urbanos na gestão das suas áreas urbanas e rurais e dos seus interesses em outras regiões, como, por exemplo, o controle e proteção dos seus recursos naturais e o desenvolvimento de instituições e códigos legislativos que garantissem a segurança e fiabilidade das trocas comerciais. Por seu turno, Ana María Carballeira Debasa, seguindo uma linha de trabalho já desenvolvida anteriormente e pouco explorada no contexto dos estudos sobre o Al-Andalus, analisa a estratégia dos governantes dos aglomerados urbanos andaluzes na gestão das crises de subsistência durante o período da dinastia Omíada, sobretudo entre meados do século VIII e o princípio do século XI.

A secção denominada ***Os rostos do poder: as elites urbanas*** reúne os estudos sobre o perfil dos grupos sociais que dominam a governação das cidades medievais, sobretudo as peninsulares, a sua evolução e as suas estratégias de afirmação social e política. O texto de Hermenegildo Fernandes – *Novas elites em terras novas? O governo das cidades no Alentejo central em meados de Duzentos* – apresenta-se especialmente sugestivo, uma vez que tem como espaço de observação a região em que se insere, de certo modo, Castelo de Vide, mas sobretudo por refletir sobre o processo de constituição das oligarquias urbanas no período imediatamente subsequente à ocupação cristã, no complexo quadro de poderes que então caracterizava a região. O artigo de Raúl González González – *Aristocracias, élites, oligarquías: Reflexiones sobre la evolución de los grupos dirigentes urbanos en el Noroeste hispano a lo largo de la Edad Media (siglos IX-XV)* –, aborda o processo de oligarquização dos grupos dirigentes de três cidades castelhanas – Léon, Oviedo e Astorga, num período cronológico amplo (séculos IX a XV) e pouco frequente, uma vez que os estudos sobre as elites urbanas peninsulares têm incidido sobre cronologias mais restritas que privilegiam os finais da Idade Média e o dealbar do século XVI.

Tendo um espaço de observação mais afastado do âmbito peninsular, e consolidando um percurso de investigação há muito trilhado, o texto de Dominique Valérien – *Les marchands latins et le pouvoir dans les villes portuaires musulmanes de*

Méditerranée (XII^e-XV^e siècle) – assume-se como uma abordagem mais global e de síntese sobre a presença dos mercadores latinos nas vilas portuárias magrebínas e as instituições, os agentes e os processos a resolução de conflitos entre os comerciantes cristãos e as comunidades muçulmanas. Apresentando novas hipóteses de trabalho e um quadro de reflexão problematizante, o autor contribui decisivamente para a revisão de pressupostos mais tradicionais, como o da visão de que a presença dos mercadores latinos representou o enfraquecimento do controle muçulmano sobre o comércio e uma política passiva dos sultões face à expansão comercial cristã.

O quarto apartado *As relações entre os poderes dentro da cidade* integra um conjunto de estudos sobre a relação entre diferentes poderes e agentes – concelhio, régio, eclesiástico e dos mesteres – na governança das comunidades urbanas, e tem como quadro preferencial de observação o reino português. Contemplando escalas urbanas distintas, colocam em evidência o peso desse fator nas estratégias, nos interesses e na capacidade de atuação dos diferentes poderes em presença no espaço urbano. O texto de Paola Rea – *Papal misrule in the 9th century Rome: a new identity for the characters at play* –, ao aplicar um novo quadro problematizante a uma fonte já trabalhada por outros autores (*Liber Pontificalis* Biographies), levanta novas hipóteses sobre os problemas na gestão de clientelas ligadas ao governo de Roma e à gestão do poder pontifício para o século IX. Constituindo, neste volume, uma das incursões cronologicamente mais recuadas, este estudo recorda a importância de nunca considerar uma fonte definitivamente estudada pois é sempre possível encontrar novas e estimulantes leituras.

Nesta mais extensa secção, o que é revelador da valorização deste tema pela historiografia atual, encontram-se ainda artigos que, baseados em documentação escrita, permitiram aos seus autores a análise da intervenção dos poderes na regulamentação das atividades económicas, como a definição dos processos de recolha fiscal, a resolução de abusos cometidos na arrecadação de impostos e o trabalho dos mesteres, apontando assim várias situações da complexa relação de poderes no interior do espaço urbano. O texto de Maria Amélia Campos – *Vigilância e controlo do trabalho dos mesteirais através da fiscalidade paroquial: o caso de Coimbra no século XIV* – ao centrar a análise numa escala espacial – a paróquia – e numa menos usual tipologia documental para o estudo da regulamentação sobre os mesteres como são as sentenças da Audiência Episcopal de Coimbra, assume uma particular originalidade e lança perspetivas e metodologias de trabalho muito estimulantes, aplicáveis a outras situações e a outros espaços.

A última secção *As relações do poder concelhio com os poderes exteriores* compreende artigos que exploram situações de cooperação e conflito entre o poder concelhio, os seus senhores e instituições monásticas localizadas no seu termo, através da análise de um exemplo inglês e de dois portugueses. Entre estes, o texto de Maria

do Carmo Ribeiro ao tratar dos amuralhamentos promovidos pelo rei D. Fernando em vilas e cidades portuguesas no conturbado contexto político-militar da segunda metade do século XIV, estuda um elemento que, pela sua função e monumentalidade ilustra a materialidade de um elemento que, simultaneamente confirmava a identidade visual de um núcleo urbano e materializava a presença da autoridade régia.

Ao lançar o tema do governo das cidades medievais tinha-se consciência de que se tratava de uma temática profundamente enraizada no medievalismo europeu, onde progressivamente se autonomizou das influências da História do Direito em favor de problemáticas mais amplas e diversificadas, que o estudavam em função do complexo xadrez dos poderes presentes na sociedade medieval e que encontravam vertentes de análise, em que ganhava importância a sociologia das oligarquias governantes e sua expressão institucional, as relações e tensões entre poderes, as marcas materiais desse mesmo poder e a construção da memória que pretendiam deixar.

Apesar das limitações antes apontadas, de uma forma geral, as temáticas mais importantes, se bem que por vezes circunscritas cronológica e espacialmente, estiveram presentes nestas *Jornadas*. Mas foi sobretudo a perspetiva dos historiadores que prevaleceu, dada a ausência por exemplo, da Arqueologia, que poderia ter sido um fundamental contributo para evidenciar e analisar a presença de equipamentos fundamentais nas cidades – os mercados, as fontes, as carniçarias e é claro, as casas do concelho que acolhiam a governança, etc. –, que se assumiam como marcas materiais expressivas do governo urbano. A presença de historiadores de arte poderia ter trazido interessantes perspetivas sobre a intervenção dos governos urbanos em manifestações artísticas que contribuissem não apenas para a nobilitação do espaço citadino como para a afirmação das suas elites governativas.

Mas, um encontro de medievalistas deixa sempre em aberto novas perspetivas e pistas de investigação sobre o tema que foi glosado. Ficou clara no decorrer das sessões e reforçada na leitura dos textos agora reunidos, a necessidade de uma profunda reflexão comparativa sobre as fontes disponíveis para os distintos espaços europeus bem como sobre o léxico do poder que delas emana. Daí a importância de alargar o âmbito das fontes a considerar para o estudo do governo das cidades à heráldica, aos vestígios materiais, às fontes narrativas, aos vestígios arqueológicos, à análise das tessituras urbanas, entre outras.

Por outro lado, torna-se imprescindível considerar para uma mais adequada compreensão dos parâmetros de exercício do poder urbano, empreender uma mais aprofundada reflexão teórica que considere a difusão, sobretudo nos séculos finais da Idade Média, do pensamento sobre a sua governança e sobre quem tinha o direito a exercê-la.

Por fim, há que ultrapassar a casuística, recusar o fascínio da fonte única, sair da nossa cidade, do nosso reino, do nosso objeto de investigação em favor de leituras

mais amplas e complexas, atentas a continuidades e ruturas, capazes de analisar especificidades e diversidades geográficas, mas tendo sempre presente o que há em comum.

* * *

Os editores querem ainda deixar público o seu agradecimento a todas as instituições e pessoas que contribuíram para tornar este conjunto de iniciativas – *Jornadas Internacionais de Idade Média*, *Escola de Outono* e publicação desta obra – um êxito, garantindo ainda, a sua continuidade no tempo. À Câmara Municipal de Castelo de Vide na pessoa de António Pita, seu Presidente, temos a agradecer o modo como, desde 2016 abraçou esta proposta de uma *Semana Medieval* diferente em Castelo de Vide, disponibilizando apoios humanos e materiais à sua concretização. Através da Dr^a Patrícia Martins queremos agradecer à equipa de funcionários e funcionárias da Câmara Municipal de Castelo de Vide, a qual, com dedicação e descrição garante uma organização exemplar que os participantes não esquecem e que em 2020, em pleno contexto pandémico se superou a fim de suavizar todos os constrangimentos que havia que aplicar. Ao Instituto de Estudos Medievais, através das suas anterior e atual Diretoras, respetivamente professoras Maria João Branco e Maria de Lurdes Rosa, agradecemos todo o apoio material à realização da Escola de Outono e das Jornadas. O Marcel Paiva Monte, com o seu saber, rigor e bom gosto tem garantido o sucesso da linha gráfica de divulgação da *Semana Medieval* bem como a conceção e paginação deste livro. À Mariana Pereira, agradecemos a capacidade de concretizar com um sorriso que parece tornar tudo fácil, as tarefas mais complicadas e inesperadas. Ao Ricardo Cordeiro do Instituto de Estudos Medievais agradecemos a presença atenta e eficaz durante as atividades da Escola e das Jornadas, ajudando a tornar mais leves as tarefas organizativas que a pandemia tornou mais numerosas e complexas. A quantos participaram na *Escola de Outono* e nas *Jornadas* – conferencistas convidados, comunicantes, estudantes e assistentes – que fizeram desta *Semana Medieval* de 2020, vivida num contexto difícil e inesperado para todos, um momento muito especial, em que quase parecia que tínhamos voltado à normalidade de podermos debater a nossa comum paixão pela Idade Média presencialmente. E nunca somos por demais gratos aos revisores científicos desta obra que sempre conseguem encontrar tempo para cumprir os prazos, sempre tão curtos, que lhes concedemos para fazerem a leitura crítica dos textos propostos. A sua colaboração e disponibilidade foram fundamentais para garantirmos a qualidade da obra que agora se publica.

The last but not the least, um obrigado aos habitantes de Castelo de Vide, que num ano de pandemia, tão propício a receios e desconfianças, continuaram a receber-nos de braços abertos.